



## **PROJETO BÁSICO**

### **"HARMONIZAÇÃO DA LAI E LGPD NO CONTEXTO ELEITORAL: APLICAÇÃO NA PRÁTICA"**

#### **1. Justificativa da Contratação**

O acesso à informação e a proteção de dados pessoais ganharam grande importância com o avanço das plataformas digitais. No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são marcos regulatórios fundamentais sobre esses temas.

Entretanto, a relação entre as duas leis pode gerar dúvidas, pois, em alguns casos, os objetivos parecem conflitantes: a LAI busca garantir transparência e acesso à informação, enquanto a LGPD protege a privacidade de dados pessoais e dados sensíveis. Isso cria situações em que pedidos de informação podem envolver tratamento de dados pessoais. Por isso, é essencial oferecer uma capacitação que esclareça como aplicar essas normas na prática, especialmente no contexto da Justiça Eleitoral. A área demandante justifica a contratação para capacitar servidoras e servidores do Tribunal Regional Eleitoral na aplicação prática da LAI e da LGPD, promovendo transparência e privacidade no setor público. O curso pretende fortalecer o entendimento das normas, assegurar conformidade e incentivar uma gestão de dados eficiente e segura.

#### **2. Objetivo Geral**

Capacitar servidoras e servidores do Tribunal Regional Eleitoral sobre a aplicação prática da LAI e da LGPD no contexto eleitoral, com foco na transparência, privacidade e conformidade, visando uma gestão de dados eficiente e segura.



### **3. Objetivos Específicos**

- Compreender e aplicar as legislações brasileiras relacionadas à LAI e LGPD no âmbito da Justiça Eleitoral.
- Atuar de forma segura e conforme as exigências legais.
- Contribuir para uma gestão pública mais transparente e eficiente.

### **4. Conteúdo Programático**

O curso será dividido em 4 aulas de 2h30 cada, com módulos que abrangem:

- Conceitos e princípios da LGPD.
- Direitos dos titulares e deveres do setor público.
- Governança em privacidade na Justiça Eleitoral.
- Adequação de contratos e cláusulas de proteção de dados.
- Transparência e direito de acesso à informação.
- Interseção entre LGPD e LAI no contexto eleitoral.
- Estudo de casos, desafios práticos e boas práticas.

OBS: o detalhamento dos módulos segue anexo no programa de curso

### **5. Público-Alvo**

Até 50 Servidoras e servidores lotados(as) na SEPEX, SCR, SGPRE, SGA e membros(as) da Comissão LGPD.

### **6. Carga Horária e Metodologia**

- Carga horária total: 10 horas.
- Horário do curso: 10:00 às 12:30.
- Período: 11 a 16 de Setembro de 2025.



- Metodologia: 4 palestras on-line, ao vivo (EAD síncrono), com duração de 2h30 cada.

## **7. Local de Realização**

Plataforma on-line, em tempo real.

## **8. Instrutora**

Marcelle Blanche – Advogada especialista em Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, atuando de maneira destacada em projetos de conformidade para empresas, cartórios, Sistema S, Órgãos Públicos, e ONGs. Além de consultora e parecerista, também exerce o papel de Encarregada pelo Tratamento de Dados terceirizada, contando com certificações ISO 27001, ISO 27005, LGPD e GDPR Foundation. Atualmente, Mestranda em Direito e Políticas Públicas, com um enfoque especializado em Direitos Humanos e Políticas, com produção acerca da Proteção de Dados Pessoais, Inteligência Artificial e Inovação. Sua trajetória acadêmica e profissional reflete um compromisso contínuo com a inovação e a aplicação prática da legislação em parceria com a privacidade e inovação.

Realiza cursos jurídicos especializados em Direito no âmbito dos Direitos Humanos, combate ao assédio, equidade de etnia e gênero, além de privacidade e atualização tecnológica, com foco em proporcionar educação de excelência na área de Proteção de Dados e Privacidade. Capacita profissionais e organizações para enfrentar os desafios práticos de atuação com confiança e conformidade. Além da expertise técnica, já compartilhou conhecimento em sua área atuação em vários Estados do Brasil, incluindo Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Bahia, bem como fora do país, abrangendo tanto o setor privado quanto o público. Realiza uma variedade de cursos projetados para capacitar seus alunos com o conhecimento e as habilidades necessárias para navegar com sucesso no complexo cenário da conformidade jurídica.



## 9. Resultados Esperados

- Maior compreensão e aplicação prática da LGPD e da LAI no contexto eleitoral.
- Atuação mais segura e em conformidade com a legislação.
- Gestão pública mais transparente e eficiente.

## 10. Contratação

Assim, levando em consideração a figura do docente promovente da capacitação e consoante o estabelecido no artigo 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021, entendemos que a modalidade que se aventa como a mais apropriada é a do permissivo legal da inexigibilidade de licitação, com contratação direta.

O curso consta no PAC Geral 2025, e os custos serão cobertos pela ação de Capacitação – teinamento PJ, do mesmo.

## 11. Avaliação

A avaliação será realizada por formulário de reação aplicado pela EFAS/COEDE/SGP.

## 12. Coordenação

Será feita pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE por meio da Escola de Formação de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores – EFAS.

## 13. Investimento

Valor total do investimento: **R\$ 11.400,00:**

- Contratação: **R\$ 9.500,00** (nove mil e quinhentos reais), incluindo:
  - 10 horas técnicas.
  - Direitos de imagem e voz da instrutora.
  - Material de apoio para até 50 participantes.



- Modelos e legislação aplicável.
- Certificados de participação.

Destaca-se que no valor total do serviço prestado estão incluídos impostos e demais despesas inerentes.

- Contribuição previdenciária: **R\$1.900,00** (um mil e novecentos reais), que corresponde a 20% do valor da contratação;

Pagamento em até 10 dias após a conclusão do curso e apresentação de recibo ou nota fiscal pela contratada.

#### **14. Responsável pela Execução**

Marcelle Blanche Farias Pereira Santos

- CPF: 014.584.715-27
- NIT: 130.38688.76-1
- Banco Itaú – Ag. 5038 – C/C 13662-1
- Chave Pix: 21969073589
- E-mail: marcelle.blanche@outlook.com

#### **15. Condições para Contratação**

- Apresentação pelo Contratado de Proposta para prestação de serviço de treinamento;
- Ciência e de acordo no presente Projeto Básico elaborado pelo TRE BA;
- Apresentação dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do



FGTS – CRF, comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

#### **16. Obrigações da Contratada**

- Disponibilizar material didático.
- Manter sigilo sobre informações, dados e documentos acessados durante a capacitação.
- Não divulgar dados sem autorização do TRE-BA.
- Encaminhar recibo após o curso.

#### **17. Obrigações da Contratante**

- Garantir a exatidão dos dados de inscrição dos(as) participantes.
- Disponibilizar o ambiente virtual para o curso.
- Informar as datas e detalhes aos(às) servidores(as).
- Efetuar o pagamento em até 10 dias úteis após o recibo.

#### **18. Sanções**

- Atraso injustificado de até 5 dias: multa de 1% ao dia sobre o valor total.
- Cumprimento parcial: multa de 10% do valor contratado.
- Descumprimento total: multa de 20% do valor contratado.

Salvador, 26 de agosto de 2025  
ROSÂNGELA SANTANA DOS REIS



Técnico Judiciário

Matrícula 804